



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

PROCESSO Nº: 26.174/15-e

ORIGEM: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Representação nº 16/15-ML. Possível irregularidade na condução, pela Fundação Universa, do concurso público para o cargo de Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, consistente em afronta aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, ante a exigência na prova discursiva de conteúdo não previsto no edital, bem como alteração deste sem obedecer ao prazo para impugnação previsto na Lei nº 4.949/12 (e-Doc EC929B1F). Requerimento de concessão de medida cautelar *inaudita altera pars*.

Unidade Técnica sugere ao Tribunal o conhecimento da representação, a concessão de prazo para manifestação da Fundação Universa e da PCDF, encaminhando-lhes cópia das peças juntadas ao feito e o retorno dos autos à SEFIPE para as providências de sua alçada.

Voto convergente. Conhecimento da representação. Concessão da cautelar. Prazo para manifestação da Fundação Universa e da PCDF. Encaminhamento de cópia das peças juntadas ao feito. Retorno dos autos à SEFIPE.

Cuidam os autos da análise da admissibilidade da Representação nº 16/15-ML, da lavra do ilustre Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, versando sobre possível irregularidade na condução, pela Fundação Universa, do concurso público para o cargo de Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, consistente em afronta aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, ante a exigência na prova discursiva de conteúdo não previsto no edital, bem como alteração deste sem obedecer ao prazo para impugnação previsto na Lei nº 4949/12 (e-Doc EC929B1F), com pedido de concessão de medida cautela *inaudita altera pars*.

Inicialmente, o ilustre representante do MPjTCDF apresenta os seguintes fatos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

"I – FATOS

O Ministério Público de Contas recebeu Denúncia, cuja cópia segue em anexo, a respeito de possíveis irregularidades e ilegalidades cometidas pela Fundação Universa, contratada pela Administração Pública para a condução do concurso público destinado ao provimento de 200 vagas e formação de cadastro reserva, na Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, para o cargo de Delegado de Polícia da carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, cujas regras estão previstas no Edital nº 1-PCDF-Delegado, de 30/12/2014 (DODF de 31/12/2014 – Edição Extra).

Relata a Denúncia que a irresignação não advém de simples inconformismo de candidatos que não obtiveram êxito na fase discursiva, uma vez que o resultado ainda não foi publicado pela banca examinadora, mas da necessidade de correção de irregularidades que podem comprometer a lisura do certame.

Os denunciantes trazem como razões:

(i) *Afronta à Lei distrital nº 4.949/2012, no que tange à:*

- *alterações no Edital, sem respeitar o prazo de impugnação estabelecido em Lei,*
- *inclusão de novo critério de eliminação do certame ao definir que seria atribuída nota zero ao candidato que indicasse incorretamente o nomem iuris da peça prático-profissional;*
- *adoção de posicionamento isolado como única resposta para a Questão Discursiva nº 2, qual seja a indicação dos 5 níveis de aferição do Princípio da Proporcionalidade;*
- *a possibilidade de consulta à legislação sem qualquer tipo de marcações, imediatamente posterior à modificação no Edital que previa a consulta à legislação com marcações.*

(ii) *Exigência de conteúdo alheio ao constante no Edital ao ser indispensável, para a resolução da prova, conhecimento:*

- *em hermenêutica constitucional para resolução de parte da Questão nº 1;*
- *em Direito Processual Civil na solução de parte da Questão nº 3;*
- *de dispositivos do Código Civil de 1916 para responder parte da Questão nº 3.*

(iii) *Impossibilidade de elaboração da peça prático-profissional em conformidade com providências requeridas no comando da questão;*

(iv) *Ausência de apresentação de critérios de pontuação em caso de anulação de questões da prova discursiva;*

Por isso, requerem providências no sentido de declarar a nulidade da segunda fase do certame, com a consequente aplicação de nova prova discursiva para os candidatos já aprovados na primeira fase do exame.

Após a análise das irresignações trazidas na Denúncia, que devem ser levadas ao conhecimento do c. TCDF para apreciação do Corpo Técnico, o Parquet entende pertinente tecer comentários a respeito dos seguintes temas:

(i) *Afronta à Lei nº 4.949/2012, no que tange à:*

- *alterações no Edital, sem respeitar o prazo de impugnação,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

- adoção de posicionamento isolado como única resposta para a Questão nº 2, qual seja a indicação dos níveis que divisão do Princípio da Proporcionalidade;

(ii) Exigência de conteúdo alheio ao constante no Edital ao ser indispensável, para a resolução da prova, conhecimento:

- em hermenêutica constitucional para resolução do item b da Questão nº 1;
- em Direito Processual Civil na solução da primeira parte do item b, da Questão nº 3; e
- de dispositivos do Código Civil de 1916 para responder o item c da Questão nº 3.

Malgrado não seja permitido o controle do mérito administrativo pelas Cortes de Justiça, sobretudo em razão da autonomia da banca examinadora do concurso, não se pode perder de vista que, no âmbito do controle da legalidade do ato administrativo, mostrase possível e determinante a identificação de que certos comportamentos não devem ser tolerados, sobretudo por afrontarem a legislação de regência e o edital regulador do concurso, o que permite não apenas a atuação do Poder Judiciário, mas também desta c. Corte de Contas.

Assim sendo, não enseja violação ao princípio constitucional da Separação dos Poderes o controle de legalidade exercido sobre os atos administrativos, incluídos aqueles praticados durante a realização de concurso público, a fim de verificar se o ato praticado pelo Poder Público, em processo de seleção por ele instaurado, está de acordo com a legislação e com o edital regulador do certame. O que não poderá haver, a toda evidência, é a aferição da correção dos critérios utilizados pela banca examinadora na formulação das questões e na análise das respostas apresentadas pelo candidatos, isto, sim, abrigado pelo mérito administrativo.

Nessa linha de entendimento, o c. STF entende que cabe exclusivamente à banca examinadora a análise pedagógica e científica das questões, restando ao Poder Judiciário a apreciação de casos teratológicos, ilegais ou de flagrante incompatibilidade com o estabelecido pelo edital, mantendo-se, desse modo, a autonomia da banca examinadora, mas privilegiando a legalidade que sua conduta deverá se pautar (art. 5º, XXXV, CF/1988).

Portanto, a análise de adequação de questões em concurso público ao conteúdo programático previsto no edital não se relaciona com o controle de mérito do ato administrativo, mas com o controle de legalidade e da peremptória vinculação ao edital.

É cediço que o concurso público, exigido pela Carta da República como condição sine qua non para o provimento de cargo público efetivo (art. 37, II), visa, em linhas gerais, dar efetividade aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade. Ademais, além de implicar genuína competição destinada ao alcance da meritocracia na organização do Poder Público, possibilita o controle amplo de sua integridade.

Nesse contexto, trago à colação v. Acórdão prolatado pela c. Segunda Turma da e. Corte Superior:

“ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. SISTEMA DE MERITOCRACIA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 1. Concurso público é o principal instrumento de garantia do sistema de meritocracia na organização estatal, um dos pilares dorsais do Estado Social de Direito brasileiro, condensado e concretizado na Constituição Federal de 1988. Suas duas qualidades essenciais – ser ‘concurso’, o que implica genuína competição, sem cartas marcadas, e ser ‘público’, no duplo sentido de certame transparente e de controle amplo de sua



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

integridade - impõem generoso reconhecimento de legitimidade ad causam no acesso à justiça. (...) 4. Recurso Especial provido.” (REsp 1362269 / CE, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 1º/8/2013).

Portanto, serão estas as premissas essenciais que pautarão a presente Exordial: possibilidade de controle da legalidade do concurso público e aferição da compatibilidade das questões com o edital programático.”

Prosseguindo, passa ao direito alegado. São suas palavras:

“II – DIREITO

A) Conteúdo exigido estranho ao Edital do concurso público

Os concursos públicos são regidos pelos editais reguladores, isto é, o instrumento por meio do qual o Poder Público lança ao conhecimento de todos as regras que nortearão o processo de seleção e os requisitos necessários para que cada candidato possa, após a aprovação, ocupar o cargo ou o emprego público. Trata-se, portanto, de norma que traz um conteúdo obrigacional a todos que tenham interesse em participar do certame. Nas lições de Hely Lopes Meirelles, as normas contidas no edital, “desde que conformes com a Constituição Federal e a lei, obrigam tanto candidatos como a Administração”.

Sendo assim, como já dito acima, as normas especificadas no edital devem ser cumpridas por todos os partícipes do certame: candidatos e Poder Público. Não se trata, portanto, de uma faculdade, mas sim de uma obrigação imposta não só àquele que pretende ingressar em cargo efetivo ou emprego público, mas também àquele que do concurso se vale para promover a contratação dos novos integrantes de seus quadros, decorrendo deste postulado o princípio da vinculação ao edital.

Nesse diapasão, vislumbra-se afronta ao supramencionado princípio no item b da Questão nº 1, assim também nos itens b e c da Questão nº 3, esta última abaixo transcrita.

“Questão 3. Sinésio, aproveitando-se da baixa frequência com que seu vizinho, Luís Roberto, utilizava a chácara de que era proprietário, resolveu instalar-se nas dependências do imóvel a partir de 11/1/1994, como se seu real proprietário fosse, sem oposição de Luís Roberto ou de qualquer outra pessoa da comunidade. Em 11/1/2014, entretanto, Sinésio moveu ação judicial para declarar a usucapião do referido imóvel; Luís Roberto, citado em 11/2/2014, alegou, em defesa, que o lapso temporal, de acordo com o Código Civil de 2002, não autorizava o reconhecimento da usucapião pleiteada. Com base nessa situação hipotética, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

(...)

b) as pessoas que deveriam obrigatoriamente participar do processo movido por Sinésio, a natureza e os efeitos da sentença que hipoteticamente dê pela procedência do pedido de reconhecimento da usucapião; (0,50 ponto)

c) as razões de aplicação do prazo que deve reger o caso proposto se a usucapião restou consumada; (2,50 pontos) (...)”

Na primeira parte do item b, determinava-se a indicação das pessoas que deveriam, no caso hipotético de usucapião apresentado, obrigatoriamente participar da demanda proposta pelo autor. Trata-se, portanto, processo derivado de uma lide.

De se ver que para solucionar a indagação apresentada é necessário conhecimento da matéria de Direito Processual Civil. Isso porque a resposta está presente no art. 942 do Código de Processo Civil, que determina a obrigatoriedade de citação daquele que tiver o registro do imóvel, bem como dos proprietários dos imóveis



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

confrontantes/confinantes à área discutida. Eis a redação do dispositivo legal:

“Art. 942. O autor, expondo na petição inicial o fundamento do pedido e juntando planta do imóvel, requererá a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados, observado quanto ao prazo o disposto no inciso IV do art. 232.”

Entretanto, nem o Edital nº 1-PCDF-DELEGADO, nem os demais editais publicados posteriormente para retificar as disposições contidas no instrumento inaugural, trouxeram a matéria de Processo Civil em seu conteúdo programático, consoante no subitem 8.5.34 do edital regulamentador.

Desta feita, não poderia ser exigido conhecimento de legislação acerca de matéria não albergada pelo Edital para responder a mencionada questão.

No tocante ao item c da Questão 3, novamente vislumbra-se a exigência de conhecimento de matéria alheia ao edital, uma vez que a solução da questão relaciona-se ao conhecimento do prazo para aquisição de bem imóvel por usucapião.

É certo que o Código Civil de 2002, ao entrar em vigor, estabeleceu regras de transição para compatibilizar as relações jurídicas relativas a prazos já definidos pela legislação anterior.

Desta feita, para os prazos reduzidos pela lei nova, cuja contagem iniciou-se na vigência do Código Civil de 1916 e permaneceu em curso após a data da entrada em vigor do novo Códex, estipulou-se que, quando, na entrada em vigor deste, houvesse decorrido menos da metade do prazo estabelecido na lei anterior, aplicar-se-ia o prazo menor, estabelecido no Código Civil de 2002.

Em oposição, se houver redução de prazo pelo novo Código e já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada, prevalecerá o prazo fixado por esta. A propósito, a redação do art. 2.028 do Código Civil de 2002:

“Art. 2.028. Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.”

Contudo, o edital não dispõe, no tópico “Direito Civil/Empresarial”⁵, constante em seu Anexo I, o conhecimento dos prazos que eram estabelecidos pelo CC/1916, informação indispensável para a resposta adequada da questão, e tampouco a aplicação das Disposições Finais e Transitórias do Código Civil de 2002, matéria também não versada no Edital.

A propósito, o e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF já manifestou entendimento no sentido de que a exigência de legislação já revogada que não está prevista no edital regulamentador do certame fere os princípios da legalidade, da vinculação do edital, como também da segurança jurídica. Eis a ementa:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DE QUESTÃO. PROVA OBJETIVA. FLAGRANTE EQUÍVOCO DA BANCA EXAMINADORA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO DO EDITAL. POSSIBILIDADE DE INGERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO. 1. Os atos praticados pelo administrador público estão vinculados à ordem legal, sob pena deles serem considerados nulos, defeituosos, eivados de ilegalidades. Dessa forma, o motivo, a forma e a finalidade dos atos sempre devem respaldar-se no princípio da legalidade, para então sim, em não havendo óbice legal, serem considerados legítimos. 2. Nesse descortino, relevando-se o caso em tela, imperioso registrar que qualquer disposição inserta no edital de um certame não pode sobrepujar a norma legal, sob pena de ofensa ao art. 37, da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

Constituição Federal, que, em atenção ao princípio da legalidade, submete a Administração Pública aos ditames da lei, o que implica a idéia de que a sua 'vontade' deve ser decorrente de lei. 3. No caso em comento, a Administração Pública deixou de agir conforme o Princípio da Vinculação do Edital e o Princípio da Legalidade, pois, de forma equivocada, aplicou como parâmetro de correção de 02 (duas) questões objetivas a redação da Lei de Licitações revogada em 1994, e não havia qualquer previsão expressa no edital nesse sentido. 4. Remessa necessária não provida. Sentença mantida.” (20070110882483RMO, 1ª Turma Cível, Rel. Des. Flavio Rostirola, DJe de 28/10/2008).

Assim, evidenciada a exigência de conhecimentos específicos não constantes do Edital, afigura-se nula a questão, por afronta ao citado princípio da vinculação ao instrumento convocatório tratado neste tópico.

De igual modo, vislumbra-se violado tal princípio no que atine à Questão de nº 1, in verbis.

“Questão 1. Acerca da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), instituída com o objetivo de controlar e fiscalizar as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, redija um texto dissertativo que:

(...)

b) relacione a TCFA com o princípio da 'justeza' ou conformidade funcional, tendo em vista que a legislação ambiental-tributária deve ser compreendida à luz dos princípios que regem a interpretação das normas constitucionais; (2,50 pontos)”

É de se ver que o candidato deveria discorrer acerca do princípio da justeza para fornecer as informações necessárias para resolução do item b da Questão 1, porém este é um dos princípios da moderna hermenêutica constitucional, matéria não abrangida pelo edital.

A hermenêutica é a interpretação do texto constitucional, em que se leva em consideração a história, as ideologias, as realidades sociais, econômicas e políticas do Estado, que pode resultar na mutação constitucional, isto é, na alteração interpretativa de seu texto. A alteração interpretativa da Constituição Federal gerou distintas correntes de métodos, as quais são delimitados por princípios, dentre eles o da justeza ou da conformidade funcional.

Assim, por não constar do conteúdo programático nenhum tópico que contenha alguma espécie de interpretação constitucional está demonstrado, novamente, que foi negligenciada a observância ao princípio da vinculação ao edital, o qual traduz, em última análise, aspecto do próprio princípio da legalidade e da proteção da confiança, sem descurar dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade, apostos em harmonia com o interesse público que lhes define o contorno.

Assim, devem os princípios da legalidade e da vinculação ao edital estar em harmonia e se complementar, o que não ocorreu na espécie, haja vista que a prova aplicada na segunda fase do concurso exigiu temas não previstos no edital.

Outro não é o entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça, veja-se:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO EDITAL DO CONCURSO. ENUNCIADO DE QUESTÃO QUE VEICULA CONTEÚDO NÃO PREVISTO. ATUAÇÃO JURISDICIONAL LIMITADA À VERIFICAÇÃO DE ILEGALIDADE QUE, IN CASU, FAZ-SE PRESENTE. NULIDADE DECRETADA. 1. Trata-se de Mandado de Segurança em que o impetrante aponta a ilegalidade das questões

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

46 e 54 do Concurso para Provimento do Cargo de Oficial Escrevente, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por veicularem conteúdo não previsto no edital do certame. 2. Em matéria de concurso público, a excepcional intervenção do Poder Judiciário limita-se à objetiva aferição de legalidade do certame, cujos questionamentos devem cingir-se ao conteúdo previsto no edital. Não cabe ao órgão julgador, portanto, avançar sobre ponderações de ordem subjetiva quanto ao método de resolução da prova que o candidato poderia ter adotado para encontrar a resposta correta, o que implicaria adentrar no exame dos critérios de correção da prova. 3. In casu, o conteúdo programático detalhou, particularizadamente, os artigos de lei que seriam objeto de controvérsia na prova, entre os quais não estavam contemplados os artigos 333 do CP e 447 do CPP, cujo conhecimento e domínio era exigido para a solução das questões 46 e 54, respectivamente. Esse descompasso viola os princípios da vinculação da Administração Pública ao edital do concurso, dos motivos determinantes e da proteção da confiança, de ordem a acarretar a nulidade daquelas questões, reconhecidamente ilegais. 4. A ilegalidade do ato impugnado existe pela simples contrariedade ao ordenamento jurídico, de modo que seu reconhecimento não depende do proveito concreto que pode ser obtido com a anulação da questão de prova. Ainda que a melhora na classificação do candidato não lhe garanta posição para imediata nomeação, é legítima a pretensão de reclamar as invalidações pleiteadas. 5. Recurso Ordinário provido.” (RMS 36.596/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 12/9/2013)

Impende destacar que o c. Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 632.853/CE, sob a égide da repercussão geral estabelecida no art. 543-B do Código de Processo Civil, manteve entendimento, já sedimentado na Corte, de que não compete ao Poder Judiciário substituir a banca examinadora para avaliar as respostas dadas por candidatos ou mesmo as notas que lhes forem atribuídas, sendo, contudo, da competência deste Poder o juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no instrumento convocatório.

Por ser entendimento consagrado com fundamento no art. 543-B do CPC, os demais órgãos do Poder Judiciário deverão, como regra, aplicá-lo, conforme especificado no § 3º do mencionado dispositivo legal. Trata-se, portanto, de controle de legalidade realizado pelo Poder Judiciário. A propósito, os termos do v. Acórdão:

“Recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Concurso público. Correção de prova. Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas. Precedentes. 3. Excepcionalmente, é permitido ao Judiciário juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame. Precedentes. 4. Recurso extraordinário provido.” (RE nº 632.853/CE, Plenário, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 29/6/2015).

Esse controle de legalidade também está dentro das competências do c. TCDF, na medida em que exerce, em auxílio ao Poder Legislativo, o controle externo dos atos praticados pela Administração Pública.

Conforme entendimento lançado pelo em. Cons. Costa Couto, exarado no Processo nº 12.382/2012, “Ilógico, portanto, seria reconhecer as Cortes de Contas competência para analisar os editais normativos dos concursos públicos, mas lhes retirar a possibilidade de fiscalizar/exigir o cumprimento fiel das fases previstas nesses editais. Afinal, como ensina o Ministro Celso de Mello: ‘a outorga de competência expressa a determinado órgão estatal importa em deferimento implícito, a esse mesmo órgão, dos meios necessários a integral realização dos fins que lhe foram atribuídos.’”. O c. Plenário, à unanimidade, por meio da r. Decisão nº 3.472/2012, acompanhou o em.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

Conselheiro-Relator.

Diante dos fatos narrados, devem as questões acima indicadas, oportunamente, ser declaradas nulas, uma vez que não se encontram ao abrigo da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

B) Afronta à Lei nº 4.949/2012

No Estado de Direito, a Administração só pode agir em obediência à lei, motivo pelo qual todo edital de concurso público deve observar os ditames legais, sob pena de ter seus atos declarados nulos.

In casu, houve afronta direta à Lei distrital nº 4.949/2012, tornando, assim, obrigatória a atuação desta c. Corte com o objetivo de evitar a perpetuação de ilegalidade cometida pela Administração.

O art. 14 da supramencionada Lei estabelece que a cada alteração realizada no edital normativo deve ser concedido um prazo de cinco dias úteis para possíveis insurgências contra o que fora modificado.

No entanto, a Fundação Universa deixou de obedecer tal dispositivo quando publicou, no dia 4/8/2015, o edital nº 14-PCDF alterando a forma de correção e atribuição de novo critério de eliminação do certame ao estabelecer, no subitem 3.24, que os candidatos que não indicassem corretamente o nome iuris da peça prático-profissional teriam nota zero atribuída à questão.

Nesse contexto, considerando que a publicação foi realizada no dia 4/8/2015 (terça-feira) e que a prova foi aplicada no dia 9/8/2015 (domingo), conseqüência lógica é o não cumprimento do prazo estabelecido no art. 14 da Lei alhures mencionada. De outra parte, verifica-se o desrespeito à Lei nº 4.949/2012, em seu art. 53, § 2º, ao se utilizar de posicionamento isolado da doutrina para elaborar a Questão nº 2, conforme mencionado pelos denunciantes em sua peça.

“Questão 2. Tradicionalmente, a máxima da proporcionalidade - conceito extremamente relevante para os Direitos Constitucional e Administrativo - era dividida em apenas três níveis ou passos de aferição: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito ou sopesamento (também chamado de ponderação). A doutrina mais moderna, entretanto, defende que são cinco os níveis de aferição. Redija um texto dissertativo que: a) esclareça quais são os dois outros passos de aferição; (2,00 ponto) b) explique em que ordem esses dois novos passos de aferição devem ser avaliados; (1,00 ponto) c) exemplifique uma aplicação concreta de um desses dois novos passos de aferição à luz da Constituição Federal de 1988. (2,00 ponto)”.

Segundo se depreende do teor da questão, exigiu-se do candidato os conhecimentos relacionados à máxima da proporcionalidade, sendo que, consoante os próprios comandos, essa era entendida em três níveis ou passos de aferição, todavia, para a doutrina mais moderna, cinco seriam os níveis, os quais deveriam ser abordados pelos candidatos para o correto cumprimento do quanto solicitado.

Entretanto, em consonância com a Denúncia que originou esta Representação, a moderna doutrina declinada pela banca examinadora seria encontrada somente na tradução de texto de doutrina externa (alemã), realizado por membro integrante da banca examinadora e encontrado apenas em sítio da internet.

Aí reside o desrespeito à Lei nº 4.949/2012 ora apontado. O parágrafo primeiro do art. 53 disciplina quais os critérios deverão ser utilizados na correção das provas. Ao parágrafo segundo, por sua vez, coube vedar a adoção de doutrinas isoladas como critério de correção. Sendo vedada a adoção de tal critério para a correção da prova, com muito mais razão deverá ser vedada sua cobrança na prova.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

Veja-se que, nos termos da denúncia, nenhum dos mais diversos e renomados doutrinadores de direito constitucional abordam o que fora solicitado na questão.

De fato, não é demais repisar, o tema teria sido encontrado em um único artigo, traduzido por membro da banca examinadora e disponibilizado na internet, não havendo se falar, portanto, em doutrina majoritária.

A adoção do multicitado artigo para elaboração da questão e como critério para aferição de pontos vai além do descumprimento ao quanto preconizado na Lei distrital de regência dos concursos, mas tangencia o desrespeito ao princípio da impessoalidade, norteador dos processos seletivos públicos.

É certo que a utilização dos concursos públicos, além de buscar a aprovação de candidatos calcada em critérios objetivos e isonômicos, tem por objetivo selecionar aqueles que sejam mais preparados para o cargo a que concorrem, o que se traduz no domínio da matéria relacionada ao seu exercício. Todavia, ao se exigir resposta de limitado alcance, afronta-se a razoabilidade e indica possível violação à isonomia, ambos princípios caríssimos à Administração Pública.

Por essas razões, abrigado pelo conteúdo da Denúncia levado ao conhecimento do MPC/DF, o Parquet entende que há diversas irregularidades na condução do presente certame, que conduzem à atuação do c. Plenário, sobretudo em razão da violação ao princípio da legalidade, da razoabilidade e da impessoalidade.

Em síntese, os fatos narrados na Denúncia e reproduzidos no conteúdo da presente exordial são graves e merecem a atuação do c. TCDF, sobretudo diante da violação aos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da moralidade e da vinculação ao instrumento convocatório.”

Com relação à cautelar pleiteada, assinala:

“III – PEDIDO CAUTELAR

Com efeito, diante de todas as irregularidades trazidas no corpo da Denúncia somadas aos aspectos mencionados pelo Parquet na presente exordial é possível e forçoso o deferimento de medida cautelar que obste a Fundação Universa de dar continuidade ao certame em comento, sobretudo de divulgar o resultado provisório da prova discursiva em aplicada em 9/8/2015, até que haja deliberação definitiva desta c. Corte de Contas a respeito da quaestio.

Para tanto, imperioso se faz demonstrar a existência dos pressupostos necessários ao deferimento da medida de urgência, quais sejam: o fumus boni iuris e o periculum in mora.

O fumus boni iuris se mostra evidenciado durante toda a narrativa da exordial, não apenas pela demonstração do descumprimento dos arts. 14 e 53, § 2º, ambos da Lei nº 4.949/2002, mas sobretudo pela violação aos princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da moralidade e da impessoalidade.

Como já mencionado nesta Representação, a banca examinadora promoveu a modificações do Edital do concurso sem franquear aos candidatos o prazo legal necessário às suas eventuais impugnações, bem como exigiu conhecimentos diversos dos previstos no instrumento convocatório para a correta resposta às questões formuladas.

Portanto, evidente se mostra a fumaça do bom direito apta a impedir o prosseguimento do concurso, até ulterior deliberação plenária. No que concerne ao periculum in mora, vale destacar que o concurso encontra-se na fase de correção das questões subjetivas que originaram a Denúncia e a consequente Representação, cujo prazo de divulgação dos resultados encontra-se previsto para o dia 14/9/2015.

Assim, considerando-se a proximidade da divulgação do resultado provisório,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

cujo interregno está permeado por feriado nacional, mister se faz a imediata suspensão do certame, sobretudo da divulgação do resultado desta fase, evitando-se sua continuidade e a realização de atos que poderão redundar ineficazes ou deverão ser refeitos, dada a probabilidade de anulação das questões e da própria fase.”

Requer, então, que a Colenda Corte conheça da representação, defira a cautelar requerida, *inaudita altera pars*, conceda prazo para manifestação da Fundação Universa e da PCDF e autorize, oportunamente, o retorno dos autos ao *Parquet*, após a manifestação das jurisdicionadas, para prolação de parecer sobre o mérito do conteúdo da denúncia.

O Corpo Técnico, visando facilitar o cotejamento do preenchimento dos requisitos de admissibilidade, assim se manifestou:

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO	
Representante:	Ministério Público de Contas
Teor da Representação:	Demanda encampada pelo MPC oriunda de denúncia acerca de possível irregularidade na condução do certame para o cargo de Delegado da Polícia Civil do DF, em face de cobrança de conteúdo não previsto no edital regulador da fase discursiva e alteração do referido edital sem respeitar o prazo de impugnação previsto na Lei nº 4949/12.

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
Requisitos	S/N/NA	Observação:
2.1 - O Representante é legitimado?	SIM	Membro do Ministério Público de Contas
2.2 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 1º do art. 195 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.3 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 1º do art. 195 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.4 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada (inciso III do § 1º do art. 195 do RI/TCDF)?	SIM	O Representante do Parquet apresenta indícios acerca de possível ofensa aos princípios da legalidade, razoabilidade, impessoalidade, moralidade e vinculação ao edital, em face da inserção de questões exigindo conhecimento de temas não previstos no edital do concurso, bem como demonstrou a publicação de retificação do edital sem prazo hábil para impugnação.
2.5 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 1º do art. 195 do RI/TCDF)?	SIM	Conforme demonstrado pelo Parquet, a análise de adequação de questões em concurso público ao conteúdo programático previsto no edital não se relaciona com o controle de mérito do ato administrativo (autonomia da banca examinadora do concurso), mas com o controle de legalidade e da peremptória vinculação ao edital.
2.6 - As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (§ 5º do art. 195 do RI/TCDF)?	SIM	-

3. ANÁLISE:		
Requisitos	S/N/NA	Motivação
3.1 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 6º do art. 195 do RI/TCDF?	SIM	Oitiva tempestiva dos titulares da Fundação Universa, executora do certame, e da Polícia Civil do Distrito Federal se faz necessária para os devidos esclarecimentos acerca dos fatos apontados, em face da iminente divulgação do resultado provisório da prova discursiva prevista para 14/09/2015.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade
TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

3.2 - Há necessidade de realização de inspeção?	NÃO	
3.5 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 198 do RI/TCDF?	SIM	Para deliberação do Relator

4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

A Representação preenche os requisitos de admissibilidade. A documentação juntada à presente demanda, aliada às consistentes considerações feitas pelo ilustre representante Parquet, demonstram a necessidade de manifestação desta Corte de Contas acerca da questão em face da competência constitucional de bem zelar pela correta observância dos princípios insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal e outros que regem a Administração Pública, em especial, o da legalidade e o da vinculação ao edital regulador do certame.

5. SUGESTÕES:

Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos ao(à) Exmo(a). Sr(a). Relator(a) com vistas a adoção das seguintes medidas:

I. **conhecer da Representação;**

II. **deliberar quanto à cautelar solicitada;**

III. **conceder prazo de 10 (dez) dias à Fundação Universa e à Polícia Civil do Distrito Federal, para apresentar os esclarecimentos quanto ao teor da Representação supracitada;**

IV. **autorizar:**

a) o encaminhamento de cópia da Representação e da documentação que a acompanha à Fundação Universa e à PCDF para subsidiar o atendimento do previsto no item precedente;

b) a ciência da decisão que vier a ser proferida ao Representante do Parquet, signatário da presente demanda;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para as providências de sua alçada.

LUIZ ALEXANDRE NEVES LOPES

Secretário de Fiscalização de Pessoal Substituto

Sugeri, assim, ao egrégio Plenário o conhecimento da representação, a concessão de prazo para manifestação da Fundação Universa e da PCDF, encaminhando-lhes cópia das peças juntadas ao feito e o retorno dos autos à SEFIPE para as providências de sua alçada.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

VOTO

Registro, de início, que o presente feito deu entrada no meu gabinete ontem, por volta das 19h30. Dessa forma, somente na data de hoje foi possível a elaboração deste voto.

No momento, deparo-me com vasta documentação, encaminhada pelo nobre Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, na forma da Representação nº 16/15-ML, sinalizando para a existência de indícios de irregularidades relativos à condução, pela Fundação Universa, do concurso público para o cargo de Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, consistentes, basicamente, em afronta aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, ante a exigência, na prova discursiva, de conteúdo não previsto no edital, bem como alteração deste sem obedecer ao prazo para impugnação previsto na Lei nº 4.949/12.

Considerando que os requisitos de admissibilidade da representação em tela se fazem presentes, deve ser admitida para que o Tribunal proceda a um olhar mais detido acerca dos fatos narrados. Nesse sentido, como de praxe, será concedido o prazo de 10 (dez) dias para manifestação das jurisdicionadas.

Quanto à medida cautelar, de fato, conforme assinalou o representante ministerial, fazem-se presentes, também, os pressupostos autorizadores da medida. Vejamo-los.

O *fumus boni juris* resta evidenciado durante toda a narrativa da exordial, notadamente pela possível afronta aos princípios da violação aos princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da moralidade e da impessoalidade, uma vez que a banca examinadora promoveu modificações do edital do concurso sem franquear aos candidatos o prazo legal necessário às suas eventuais impugnações, bem como exigiu conhecimentos diversos dos previstos no instrumento convocatório para a correta resposta às questões formuladas.

Por seu turno, o *periculum in mora* fica caracterizado pelos prejuízos que poderão advir para os candidatos em razão de o certame estar, atualmente, na fase de correção das questões subjetivas que originaram a denúncia e a aludida representação, sendo que a divulgação dos resultados deve ocorrer nos próximos dias. Inobstante o representante tenha noticiado que o resultado seria divulgado no dia 14.09.15, recebi informação de que o resultado, em realidade, seria divulgado no próximo dia 31.08.15 (segunda-feira). Portanto, com mais razão o pedido para que o Tribunal determine a suspensão do certame e da divulgação do resultado provisório da prova subjetiva.

Sendo assim, ante a exiguidade do tempo, foram essas as considerações que pude fazer para o encaminhamento do feito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 26.174/15-e

Rubrica: _____

Diante do exposto, acompanhando os termos da instrução, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - conheça da Representação nº 16/15-ML, da lavra do ilustre Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima;

II - conceda:

a) medida cautelar *inaudita altera pars*, no sentido de determinar à Fundação Universa e à Polícia Civil do Distrito Federal que suspendam o andamento do certame e a divulgação do resultado provisório da prova subjetiva até ulterior manifestação do Tribunal;

b) prazo de 10 (dez) dias à Fundação Universa e à Polícia Civil do Distrito Federal para apresentarem esclarecimentos quanto ao teor da Representação nº 16/15-ML;

III - autorize:

a) o encaminhamento de cópia da Representação nº 16/15-ML e da documentação que a acompanha à Fundação Universa e à PCDF para subsidiar o atendimento do item II.b anterior;

b) a ciência desta decisão ao signatário da Representação nº 16/15-ML;

c) o retorno dos autos à SEFIPE, para as providências de sua alçada.

Brasília, em de de 2015.

MANOEL DE ANDRADE
Relator